

## **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.**

1 No dia vinte e um do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e vinte minutos, foi  
2 realizada uma reunião ordinária presencial na sede da Secretaria do Meio Ambiente, no Horto  
3 Florestal. Seguem os membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sr. Mauro  
4 Francisco de Aquino, Secretário Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente, representando a  
5 presidência do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sr.  
6 Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sra. Thais de Andrade Batista Pereira  
7 Fittipaldi, representando o IEF; Sra. Elisa Caroline Darby, representando a FUNDARTE; Sr. João  
8 Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sr. João Paulo Bane Teodoro, representando a  
9 UNIFAMINAS; Sr. Frederico de Melo Machado, representando a Secretaria Municipal de Obras; Sr.  
10 Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sra. Ana Paula Vilela Carvalho, representando o  
11 IF-Sudeste; Sra. Fabrine Odete da Costa Reis, representando a Secretaria Municipal de Saúde; Sr.  
12 Douglas Barbosa Castro, representando a FASM; Sr. Volney Rosa da Silva, representando o Grama -  
13 AMA. Registraram-se a presença: Sr. Victor Garcia Pinto, Fiscal de Atividades Urbanas e Meio  
14 Ambiente; Sr. Humberto José da Silva, representando os moradores do bairro Inconfidência; Sra.  
15 Juliana Maduro de Souza, moradora do bairro Inconfidência; Sra. Giselle Alves, moradora do bairro  
16 Inconfidência; e o Sr. Fabio Lauriano, Promotor de Justiça. Sr. Sergio Vilhena iniciou a reunião  
17 cumprimentando os membros presentes e informando que os ofícios referentes ao Fundo do Meio  
18 Ambiente, conforme explicado na reunião anterior, foram enviados à Secretaria Municipal da Fazenda,  
19 e disse também que estão na tentativa de fazer com que as taxas emitidas pela Secretaria do Meio  
20 Ambiente caiam em uma conta exclusiva do setor de meio ambiente, e não na conta geral da prefeitura.  
21 O Sr. Sergio Vilhena informou que dos R\$ 365.854,66 que tinham que ser depositados no fundo, já  
22 foram debitados R\$ 269.000,00 e o saldo atualmente no Fundo Municipal do Meio Ambiente é de R\$  
23 358.703,37. Iniciando a pauta sobre intervenção em APP, do processo nº 28450/2024, de Maria José  
24 Ribeiro Alló, cujo parecer técnico foi enviado aos membros via e-mail e WhatsApp, o Sr. Sergio Vilhena  
25 informou que realizou algumas alterações no parecer, conforme solicitado pela Sra. Thais de Andrade  
26 Batista Pereira Fittipaldi, onde ela citou que já havia solicitado essas adequações para deixar o parecer  
27 bem completo, pois futuramente muitos membros não estarão presentes para esclarecer possíveis  
28 dúvidas e, desta forma, com o parecer contendo todas as informações necessárias, o CODEMA terá  
29 respaldo. O Sr. Sergio Vilhena, por sua vez, apresentou quais foram as alterações: acrescentou o item  
30 2.8, informando que é imóvel comercial/residencial. No item 3.1, a Sra. Thais de Andrade Batista  
31 Pereira Fittipaldi sugeriu colocar “não se enquadra” na reserva legal. Acrescentou o item 5.1 sobre o  
32 uso da água (concessionária local: DEMSUR) e o item 5.2 que descrimina o corpo de água que haverá  
33 a intervenção (Nome: Rio Muriaé, largura da faixa marginal: 50 metros). No item 6: da APP, área de  
34 intervenção de 273,05 m², também acrescentando o item 6.1, que declara o enquadramento legal da  
35 APP: Lei Estadual nº 20922 de 16/10/2023- art. 9º, inciso I, alínea “b” – cinquenta metros para os cursos  
36 d’água de dez metros a cinquenta metros de largura. No item 6.2, cita o tipo de intervenção que será  
37 em área de preservação permanente APP – sem supressão de cobertura vegetal nativa. O item 6.3 cita  
38 produto ou subproduto florestal, enquanto o item 6.4 cita a intervenção requerida. A Sra. Thais de  
39 Andrade Batista Pereira Fittipaldi sugeriu colocar no tópico de intervenção ambiental em caráter  
40 corretivo. Foi acrescentado o item 7, que menciona o responsável técnico. Foi acrescentado o objetivo  
41 da regularização no item 8, que cita a regularização da edificação em zona urbana a qual existe a mais  
42 de quarenta anos e, no ano de 2011, passou por reforma no pavimento térreo para a instalação da  
43 atividade de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (reforma já  
44 concluída). Foi adicionado o item 9 sobre o embasamento legal, que cita que é uma atividade eventual  
45 ou de baixo impacto ambiental, de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 236/2019, que  
46 regulamenta o disposto na alínea “m” do inciso III do art. 3º da Lei nº 20.9222, de 16 de outubro de  
47 2013, art. 1º, inciso IX, que, diante de tais definições legais apresentadas, procedeu-se a consulta de  
48 imagens de satélites anteriores a 22 de julho de 2008 para verificar a existência do imóvel no período  
49 anterior à citada data, e, através da análise obtida e registrada em junho de 2008 no software *Google*  
50 *Earth*, foi possível perceber que já existia um processo de urbanização consolidado na área onde está

51 localizado o terreno, verificando, então, que a solicitação é juridicamente possível, de acordo com as  
52 condições legais estabelecidas. Por fim, acrescentou o parecer conclusivo e a Sra. Thais de Andrade  
53 Batista Pereira Fittipaldi sugeriu trocar por “sugestão de parecer” (favorável ou não). Conclui-se, por  
54 fim que, o parecer da câmara técnica foi pelo deferimento da intervenção sem supressão, de área de  
55 273,05 m<sup>3</sup>, pois trata-se de uma edificação em lote urbano aprovado até 22 de julho de 2008,  
56 devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis, situados às margens de vias públicas  
57 dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução para esgotamento sanitário, sistema de  
58 abastecimento de água e drenagem pluvial considerada de baixo impacto ambiental. Sra. Thais solicitou  
59 acrescentar que esta licença não exclui as outras licenças ambientais necessárias. Sr. Sergio Vilhena  
60 informou que, sendo corretiva, haverá autuação e a DRIAPP só será liberada após a autuação e do que  
61 for solicitado nas condicionantes, conforme acrescentado no item 13, que cita que é necessário ser  
62 pactuado previamente à emissão do ato autorizativo os termos da compensação pela intervenção em  
63 APP, conforme dispõe a legislação vigente. O Sr. Sergio Vilhena apresentou a proposta das medidas  
64 compensatórias aos membros (opção 1, 2 e 3). Após isso, o Sr. Sergio Vilhena colocou o processo em  
65 votação e os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica (favorável ao  
66 deferimento da intervenção em APP), condicionado à medida compensatória da opção 3: compensação  
67 ambiental em pecúnia a ser destinados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente no valor de R\$ 409,60.  
68 Após esta pauta, Sr. Sergio Vilhena, passou a palavra ao Sr. Humberto da Silva Martins, líder  
69 comunitário do bairro Inconfidência, que solicitou a palavra para apresentar aos membros dos  
70 CODEMA a situação do entorno da Mina do Madurinho, localizada na Rua Guilhermina de Oliveira,  
71 onde os moradores estão tendo dificuldades de acesso pelo local, e solicitou ao CODEMA auxílio no que  
72 pode ser feito diante deste fato apresentado. Duas moradoras do bairro compareceram à reunião para  
73 falar das dificuldades que estão tendo em acessar o local pela estrada. A Sra. Thais de Andrade Batista  
74 Pereira Fittipaldi, informou que, em via de acesso, o CODEMA pode prestar informações na questão  
75 de intervenção em APP para regularizar a via de acesso. Porém, o próprio proprietário teria que fazer  
76 esta intervenção. Sr. Mauro Francisco de Aquino disse que a prefeitura não pode intervir, pois o local  
77 é uma área particular. O que poderia ser feito é notificar o proprietário solicitando tal intervenção,  
78 informando também que não é uma situação política e, sim, jurídica. O Sr. Robério de Oliveira Torres  
79 questionou se teria como fazer outra estrada e se cabe usucapião, sendo respondido que, juridicamente,  
80 não é possível, que a prefeitura não pode intervir no local, pois se trata de imóvel particular. O Sr.  
81 Mauro de Aquino informou que o local pertence a três proprietários. A Sra. Thais de Andrade Batista  
82 Pereira Fittipaldi disse ao Sr. Humberto que o CODEMA pode informar, em prévia análise, sobre a  
83 possibilidade de previsão legal para regularizar a APP. Finalizando este assunto, o Sr. Douglas Barbosa  
84 Castro seguiu para a próxima pauta, referente os processos de solicitações de supressões arbóreas, onde  
85 os pareceres técnicos foram enviados aos membros via e-mail e WhatsApp para análise prévia, e, a Sra.  
86 Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, questionou sobre a espécie Oiti, se é nativa ou exótica, pois,  
87 de acordo com os técnicos que ela consultou, a espécie é classificada como nativa. O Sr. Douglas Barbosa  
88 Castro informou que a Secretaria do Meio Ambiente sempre teve o entendimento que a espécie é  
89 exótica. O Sr. Robério de Oliveira Torres questionou a consequência desta mudança e Sr. Douglas  
90 Barbosa Castro e Sra. Thai de Andrade Batista Pereira Fittipaldi informaram que as compensações  
91 mudariam, pois, para espécimes nativos, a compensação é maior. A Sra. Thais de Andrade Batista  
92 Pereira Fittipaldi solicitou a apresentação de um estudo técnico sobre a espécie Oiti. O Sr. Mauro  
93 Aquino sugeriu fazer o levantamento dos dois casos (exótica e nativa) e colocar em votação, e a Sra.  
94 Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi informou que o CODEMA tem que votar pelo parecer  
95 técnico da Secretaria do Meio Ambiente, do responsável técnico, e na próxima reunião definir. Após  
96 isso, o Sr. Douglas seguiu para os trâmites processuais referentes aos pedidos de corte de árvore,  
97 começando pelo primeiro processo, de nº 27451/2024, que se refere à solicitação de corte de cinco  
98 Cabiúnas, onde, durante vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio  
99 Ambiente verificaram que as árvores se encontram na borda de um fragmento florestal, precisando,  
100 neste caso, seguir a Lei da Mata Atlântica (Lei 11428/2006), regulamentada pelo Decreto 6.660/2008,  
101 que prevê a exigência de documentos e estudos específicos. Neste caso, a câmara técnica indicou o  
102 indeferimento da solicitação. Os membros do CODEMA votaram de acordo com o parecer da câmara  
103 técnica, pelo indeferimento da solicitação. O próximo processo nº 27799/2024 refere-se à solicitação de

104 corte de uma Ameixa comum (Nêspera). Em vistoria no local, os técnicos da secretaria verificaram uma  
105 árvore de nome comum Ameixa, de grande porte. Embora não pudessem ser verificados danos à  
106 calçada, a árvore está com um porte inadequado, tocando a fiação. Sua estrutura apresenta rachaduras  
107 e galhos que obstruem parcialmente a circulação e não foram observados parasitas no momento da  
108 vistoria. A câmara técnica foi favorável ao deferimento da solicitação, condicionados à doação de duas  
109 mudas para o Setor de Meio Ambiente, Horto Florestal, para serem usadas em projetos relacionados à  
110 proteção, conservação, manutenção e/ou melhorias do meio ambiente no município de Muriaé. Os  
111 membros do CODEMA votaram de acordo com o parecer da câmara técnica, pelo deferimento da  
112 solicitação e de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo, de nº 27935/2024, refere-  
113 se à solicitação de corte de quatro árvores, sendo uma Paineira rosa, uma Mangueira, e duas Palmeiras.  
114 Em vistoria no local, os técnicos verificaram em uma residência com grande área vegetada, a existência  
115 de uma árvore, de nome comum Mangueira, tendo grande porte, e estando próxima à residência, além  
116 de uma paineira rosa próxima às residências vizinhas e a uma edificação de depósito, também tendo  
117 um grande porte e oferecendo risco às edificações, em caso de condições climáticas adversas. Em outro  
118 local, duas Palmeiras de grande porte, plantadas sobre um talude, estando próximas à rede de energia,  
119 podendo trazer risco com a queda das folhas. Considerando que o local possui vasta vegetação e que a  
120 supressão das árvores solicitadas traria baixo impacto e, considerando tratar-se de árvores em área  
121 particular, a câmara técnica foi favorável à supressão, condicionada à doação de onze mudas (na  
122 proporção de 5x1 para a espécies nativas e de 2x1 para as exóticas) para o Horto Florestal, para serem  
123 usadas em projetos relacionados à proteção, conservação, manutenção e/ou melhorias do meio  
124 ambiente no município de Muriaé. Os membros do CODEMA votaram de acordo com o parecer da  
125 câmara técnica, pelo deferimento da solicitação e de acordo com a condicionante estabelecida. O  
126 próximo processo nº 28037/2024 refere-se solicitação de corte de dois Oitis. Em vistoria no local, os  
127 técnicos verificaram a existência de duas árvores de nome comum Oiti de grande porte, em frente à  
128 residência do solicitante. As raízes das árvores estavam provocando danos severos no piso do imóvel,  
129 nas paredes, prejudicando o encanamento, que, em certo ponto, ficou exposto pelas raízes. A câmara  
130 técnica foi favorável à substituição por uma árvore de pequeno porte, de raízes menos agressivas, a fim  
131 de se evitar problemas futuros, acrescidos da doação de mais três mudas para o Horto Florestal. Os  
132 membros do CODEMA votaram de acordo com o parecer da câmara técnica, pelo deferimento da  
133 solicitação e de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo, de nº 28105/2024, refere-  
134 se à solicitação de corte de dois Oitis. Em vistoria no local, os técnicos verificaram a presença dos dois  
135 Oitis na lateral da edificação, onde havia sinais de reforma de muro. O acesso da igreja estava na rua  
136 perpendicular (Rua Marius Dornelas) onde não havia árvores. Desta forma, a câmara técnica não  
137 entende que as árvores solicitadas possam oferecer risco à segurança, especialmente por estarem em  
138 porte adequado ao local. Diante disto, a câmara técnica foi favorável ao indeferimento do pedido. Os  
139 membros do CODEMA votaram de acordo com o parecer da câmara técnica, pelo indeferimento da  
140 solicitação. O próximo processo, de nº 28143/2024, refere-se à solicitação do corte de três árvores, sendo  
141 uma Amendoeira-da-praia, uma Monguba e uma Cássia Imperial. Em vistoria no local, os técnicos  
142 observaram as três árvores, sendo que duas apresentavam grande porte, pois cresceram muito  
143 próximas ao muro do terreno, danificando-o. As árvores possuem histórico de problemas devido ao seu  
144 porte, além de suas raízes, que danificam o sistema de drenagem pluvial. Dessa forma, por entender  
145 que as árvores estão em local inadequado e, em porte inadequado, a câmara técnica foi favorável à  
146 supressão das árvores, condicionada a doação de seis mudas para o Horto Florestal. Os membros do  
147 CODEMA votaram de acordo com o parecer da câmara técnica, pelo deferimento da solicitação e de  
148 acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo, de nº 28277/2024, refere-se à solicitação  
149 de corte de um Jamelão. Em vistoria no local, os técnicos verificaram que a árvore possui danos diversos  
150 provocados pela quebra de seus galhos com os ventos que atingiram a cidade recentemente (segundo o  
151 solicitante, no momento da vistoria), deixando a árvore fragilizada e sua quebra ou queda poderá  
152 atingir o imóvel vizinho. Além do exposto, a localização da árvore prejudica a construção de um muro  
153 na divisa do terreno. Por entender que a árvore possui condições estruturais precárias, trazendo risco  
154 aos imóveis vizinhos, a câmara técnica foi favorável ao deferimento condicionado à doação de duas  
155 mudas para o Horto Florestal. Os membros do CODEMA votaram de acordo com o parecer da câmara  
156 técnica. Após isso, Sr. Douglas Barbosa Castro apresentou o processo nº 28666/2024, referente à

157 solicitação de podas drásticas de oito Oitis e um Jambo, além do corte de um Angico. De acordo com o  
158 requerente as árvores estão em local com fluxo intenso de alunos, professores, funcionários e pais. Com  
159 uma poda, será possível controlar o crescimento, mantendo a árvore em um porte menor, já que o  
160 jambo está muito próximo à edificação de grande porte e o Angico é devido ao risco oferecido às  
161 edificações vizinhas da escola. Os membros do CODEMA foram favoráveis à poda das árvores (uma  
162 poda de 50% de sua copa) e ao corte do Angico, condicionado ao plantio de cinco mudas de árvores. O  
163 próximo processo, de nº 21928/2023, refere-se ao corte de dez árvores, sendo cinco Jabuticabeiras, três  
164 Coqueiros, uma Jaqueira e um Jambeiro. O processo foi indeferido em reunião do CODEMA, pois o  
165 objetivo é realizar o serviço de desaterro para a construção de um galpão, fora o fato de não ter sido  
166 apresentado o projeto de construção aprovado pelo setor competente. Além disso, o Sr. Douglas  
167 Barbosa Castro explicou que, para a aprovação do projeto, é necessário terraplanar e para isso são  
168 necessários os cortes das árvores, mas, sem a autorização, o requerente não consegue dar andamento  
169 no processo de aprovação de projeto. Diante do exposto, ficou estabelecido pelo CODEMA a aprovação  
170 dos cortes, condicionado à doação de cinquenta mudas frutíferas (Jabuticaba, Goiaba, Pitanga) para o  
171 Horto Florestal, podendo ser acrescentadas mais compensações após a aprovação do projeto. O  
172 requerente assinará um termo de compromisso, onde se compromete a aceitar o que o CODEMA  
173 propor. Todos de acordo. Finalizando esta pauta, o Sr. Victor Garcia Pinto, Fiscal de Atividades  
174 Urbanas e Meio Ambiente, apresentou aos membros o recurso do Auto de Infração nº 002/2024, de  
175 Rodrigo Nogueira Demarque. Foi apresentada a síntese dos fatos, onde cita que o requerente abriu o  
176 processo administrativo 94-23-MUR-COM na plataforma *on-line* “Aprova Digital Muriaé”, solicitando  
177 a aprovação de projeto arquitetônico para construir imóvel na Rua Joaquim Ribeiro de Carvalho, 44,  
178 Bairro Santa Laura. Diante disso, o setor de meio ambiente emitiu um parecer em 29/01/2024 indicando  
179 que o responsável realizou uma intervenção em área verde do loteamento, e, diante de tal fato, foi  
180 lavrado o Auto de Infração 002/2024, no valor de R\$ 2.967,30, segundo a Lei Municipal nº 4.411/2012.  
181 O responsável apresentou seu recurso via Processo 027705/2024, alegando em sua defesa que “o  
182 enquadramento da autuação se vê incoerente, pois há provas de que ele não deteriorou o meio ambiente  
183 de nenhuma maneira. O que ocorreu foi que ele fez uma quadra de areia para lazer ao lado de sua  
184 propriedade”. Foi feita uma vistoria *in loco* no dia 19/03/2024, às 14:40h, onde foi registrado o status  
185 das atividades construtivas. Diante do exposto, o parecer deste setor técnico foi pelo indeferimento do  
186 recurso, pois é fato que o espaço construído é terreno público, delimitado como área verde, somado ao  
187 fato de a distância até a margem do rio Muriaé ser inferior a 50 metros (APP). Os membros do  
188 CODEMA votaram a favor do parecer da câmara técnica. Recurso indeferido. O Sr. Fabio Lauriano  
189 informou que todo loteamento deve exigir área verde. Em seguida, o Sr. Fabio Laureano solicitou a  
190 palavra para informar aos membros sobre uma denúncia que chegou até ele, referente à realização de  
191 uma supressão de árvores com motosserra (apresentou vídeos e fotos) atrás de uma residência na  
192 entrada no bairro João VI, na Rua Manoel Francisco de Assis, tratando-se de uma possível intervenção  
193 em APP com supressão e em área verde, onde, pelo entendimento da Sra. Thais de Andrade Batista  
194 Pereira Fittipaldi, trata-se de vegetação em nível de estágio médio. O Sr. Fabio Laureano informou  
195 que, ao receber tal denúncia, entrou em contato com o Sr. Gilberto Garcia Bonato, que solicitou que a  
196 equipe de fiscalização fosse ao local. Ficou estabelecido pelo CODEMA fazer uma vistoria em conjunto  
197 para verificar a quantidade e a espécie das árvores suprimidas e emitir auto de infração, caso seja  
198 procedente. Após isso Sr. Volney Rosa, compareceu à reunião, para solicitar a saída dele do Conselho  
199 – como representante da Escola Municipal Gilberto José Tanus Braz –, devido ao ocorrido com as  
200 podas drásticas sem autorização feitas pela atual gestão da referida instituição de ensino. O Sr. Volney  
201 disse que não compactua com tal ato e solicitou seu afastamento. Após isso, o Sr. Mauro Aquino  
202 informou que retirou de pauta os assuntos referentes ao recurso da autuação da DMA (Mineirão  
203 Atacarejo) e o aterro municipal, justificando que, no caso da DMA, não houve tempo hábil para sua  
204 análise (pois tal justificativa chegou um dia antes para ele) e, sobre o aterro, a correção havia ficado  
205 pronta na última segunda-feira, sendo um período insuficiente para que a equipe técnica pudesse  
206 analisar de maneira efetiva. Ele acrescentou que será elaborado um laudo técnico, que será apresentado  
207 na próxima reunião, e que provavelmente haverá a necessidade de marcar uma reunião extraordinária  
208 para tratar deste assunto, já que a licença ambiental vence em abril de 2024. Nada mais havendo a se  
209 tratar, a reunião encerrou-se às dez horas e vinte e um minutos, sendo a presente ata assinada por todos

210	os	membros	do
211	CODEMA.		
212			
213			
214			
215			
216			
217			
218			
219			

